



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Para pensar o espaço desde a interseccionalidade: da metáfora espacial ao espaço como prática

Natália Alves da Silva,
doutoranda em Planejamento Urbano e Regional pela
UFRJ, natalialvesrj@gmail.com

Sessão Temática 12: Gênero, etnia e diversidade no campo e na cidade.

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um crescente interesse acadêmico pelo feminismo negro e pelo conceito de interseccionalidade, criado e operacionalizado por feministas negras a partir de fortes lutas sociais. No contexto brasileiro, a acolhida ao conceito de interseccionalidade tem contribuído para uma maior inserção da questão racial nos estudos feministas e para uma subsequente complexificação do seu campo de interesses. Com o objetivo de contribuir com essa discussão, neste artigo examino alguns aspectos analíticos resultantes dos entrecruzamentos interseccionais que ganharam destaque no debate público e nas produções acadêmicas especialmente por feministas negras. Na primeira parte do artigo, discuto o conceito de interseccionalidade, sua proximidade e distanciamento em relação às políticas de identidade que adquiriram certa centralidade na luta política a partir dos anos 1990. Na segunda parte, busco trazer apontamentos sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica para o debate sobre o espaço. Destaco a necessidade de ruptura com os binarismos e perspectivas de identidades estáticas com o objetivo de dialogar com as práticas espaciais situadas.

interseccionalidade; feminismo negro; política de identidades; práticas espaciais

Thinking about space from intersectionality: from the spatial metaphor to space as a practice

Abstract. *Over the past two decades, we have witnessed a growing academic interest in black feminism and the concept of intersectionality, created and operationalized by black feminists based on strong social struggles. In the Brazilian context, acceptance of the concept of intersectionality has contributed to a greater insertion of the racial issue in feminist studies and to a subsequent complexification of its field of interests. In order to contribute to this discussion, in this article I examine some analytical aspects resulting from the intersectional intersections that gained prominence in public debate and in academic productions, especially by black feminists. In the first part of the article, I discuss the concept of intersectionality, its proximity and distance in relation to identity politics that acquired a certain centrality in the political struggle from the 1990s onwards. space debate. I highlight the need to break with the binarisms and perspectives of static identities in order to dialogue with situated spatial practices.*

intersectionality; black feminism; identity policy; spatial practices

Pensar el espacio desde la interseccionalidad: de la metáfora espacial al espacio como práctica

Resumen. *Durante las últimas dos décadas, hemos sido testigos de un creciente interés académico en el feminismo negro y el concepto de interseccionalidad, creado y puesto en práctica por feministas negras a partir de fuertes luchas sociales. En el contexto brasileño, la aceptación del concepto de interseccionalidad ha contribuido para una mayor inserción de la cuestión racial en los estudios feministas y para una posterior complejización de su campo de intereses.*

Para contribuir a esta discusión, en este artículo examino algunos aspectos analíticos resultantes de las intersecciones interseccionales que ganaron protagonismo en el debate público y en las producciones académicas, especialmente de las feministas negras. En la primera parte del artículo, discuto el concepto de interseccionalidad, su proximidad y distancia en relación con las políticas de identidad que adquirieron cierta centralidad en la lucha política a partir de la década de 1990. espacio de debate. Resalto la necesidad de romper con los binarismos y perspectivas de las identidades estáticas para dialogar con prácticas espaciales situadas.

interseccionalidad; feminismo negro; política de identidad; prácticas espaciales

1. Introdução

Ao longo das últimas duas décadas, presenciamos um crescente interesse acadêmico pelo feminismo negro e pelo conceito de interseccionalidade, criado e operacionalizado por feministas negras a partir de fortes lutas sociais. No contexto brasileiro, a acolhida ao conceito de interseccionalidade tem contribuído para uma maior inserção da questão racial nos estudos feministas e para uma subsequente complexificação do seu campo de interesses. Ao tornar possível o encontro, em um único termo, da experiência simultânea das múltiplas opressões enfrentadas por mulheres negras, o termo interseccionalidade passou a ser amplamente adotado por feministas das mais diferentes vertentes políticas e ideológicas.

Novas rodadas de discussão sobre o conceito tem possibilitado a pesquisadoras, acadêmicas, ativistas e operadoras de políticas públicas fortalecerem o empenho de reconstruir a historiografia sobre gênero no Brasil dando visibilidade ao papel desempenhado por mulheres negras em diferentes lutas. Trata-se de um esforço conjunto, coordenado por acadêmicas e ativistas, cuja motivação básica é trazer para o centro dos debates contemporâneos conceitos, ferramentas analíticas e metodológicas produzidas por mulheres negras e que permaneceram eclipsadas por um longo período (RODRIGUES, 2018). Atualmente, um conjunto amplo de intelectuais negras têm tido suas obras reeditadas, traduzidas e postas em debate nos mais diferentes espaços.

Essa revisão crítica das abordagens teórico-metodológicas à luz do ativismo e da reflexão teórica e crítica efetuada pelas mulheres negras têm impactado as formulações no campo do planejamento urbano e regional e nos estudos urbanos de maneira geral. Enegrecer o feminismo acadêmico e o pensamento sobre o urbano, para parafrasear Sueli Carneiro, é um imperativo para a compreensão das persistentes violências e múltiplas formas de ativismo que constituem o espaço. Os desafios na constituição de uma abordagem interseccional para as investigações sobre o urbano e as cidades estão na ordem do dia e compõem uma gama de esforços individuais e coletivos empreendidos no campo, como mostra o recente Dossiê Temático: Território, Gênero e Interseccionalidades da Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (2021).

Com o objetivo de contribuir com essa discussão, neste artigo examino alguns aspectos analíticos resultantes dos entrecruzamentos interseccionais que ganharam destaque no debate público e nas produções acadêmicas especialmente por feministas negras. Na primeira parte do artigo, discuto o

conceito de interseccionalidade, sua proximidade e distanciamento em relação às políticas de identidade que adquiriram certa centralidade na luta política a partir dos anos 1990. Na segunda parte, busco trazer apontamentos sobre a interseccionalidade como ferramenta analítica para o debate sobre o espaço. Destaco a necessidade de ruptura com os binarismos e perspectivas de identidades estáticas com o objetivo de dialogar com as práticas espaciais situadas.

2. Interseccionalidade como ferramenta analítica e de luta e a política de identidades

O termo interseccionalidade foi apresentado pela primeira vez por Kimberlé Crenshaw em 1989 (CRENSHAW, 1989). Sua formulação se deu nos marcos teóricos do feminismo negro estadunidense, a partir de um debate sobre a invisibilidade das múltiplas manifestações de opressão experimentadas por mulheres negras estadunidenses em relação ao acesso ao mercado de trabalho (VIVEROS, 2016). Crenshaw buscava também evidenciar que as análises aditivas eram ineficazes para desenvolver um marco analítico capaz de compreender particularidades relativas à violência específica que afetava esse grupo nos EUA, Não se trata de incluir gênero e raça em direitos universais ou de fazer uma menção especial às mulheres no âmbito dos direitos humanos, mas de ampliar o escopo dos direitos humanos com a inclusão permanente de novas questões geradas por esses atravessamentos. Crenshaw propôs inicialmente a interseccionalidade como uma metáfora e em seguida como um conceito provisório de aplicação contextual e prática para analisar omissões jurídicas e desigualdades com o fim de apontar para a necessidade de suprir lacunas de informação e análise sobre mulheres negras. (VIVEROS, 2016).

Crenshaw (1995) afirma que para abordagens aderentes às comumente chamadas “políticas de identidade” (raça, gênero e outras categorias) recebem trato negativo e as diferenças no interior dos grupos são eclipsadas, o que gera tensões entre os grupos (RODRIGUES, 2018). A política de identidade se concentra em uma categoria: ou “mulher” ou “pessoa de cor”, mas não em ambos (CRENSHAW, 1995).

As políticas de identidades expressam a autoafirmação de pessoas marginalizadas ante a dominação e, assim, ressimbolizam o que o sistema racista e sexista considera negativo em positivo e criam solidariedades na luta política (STORR, 2010). No entanto, Crenshaw chama atenção para o fato de as múltiplas posições de subordinação que as mulheres negras vivem simultaneamente terem sido ignoradas pelos movimentos. A interseccionalidade constitui uma alternativa às políticas de identidade ao levar em consideração a lacuna provocada pela inobservância das combinações. Ao desestabilizar as categorias negro e mulher, o feminismo negro aponta o fracasso do antirracismo em questionar o patriarcado e reforçar a subordinação de gênero e o fracasso do feminismo em questionar a branquitude e reforçar a opressão racial.

A pedra de toque da interseccionalidade é o exame da interligação entre diferentes categorizações (LYKKE, 2010) que não podem ser vistas de maneira separada quando se sobrepõem e se cruzam. Rejeita-se a ideia de que as identidades são separáveis, a par do reconhecimento de que nenhum grupo social é homogêneo. Nesse sentido, possibilita notar a complexidade da realidade social em que indivíduos podem experimentar desvantagens e privilégios ao mesmo tempo através de seus status combinados de raça, classe e gênero.

Crenshaw (1995) diferencia três tipos de interseccionalidade: estrutural, política e representacional. A interseccionalidade estrutural trata da convergência entre os sistemas de opressão de raça, gênero, classe e a globalização (CRENSHAW, 2002). Os ajustes estruturais têm como consequência a retração de serviços que antes eram cobertos pelo Estado, como programas educacionais, de saúde e outros. Os cruzamentos entre gênero, raça e classe vão influir na definição de quem fica a descoberto e quem paga os serviços privados. Em geral, as mulheres negras carregam um peso desproporcional do cuidado social e das medidas neoliberais.

A interseccionalidade política se refere aos desafios de falar de opressões específicas provocadas pelo cruzamento entre gênero, raça e classe, às quais não cabem em modelos binários baseados em uma identidade fixa (CRENSHAW, 1995). As estratégias antirracistas tendem a ter como parâmetro aqueles que são dominantes no conjunto das pessoas negras, no caso, os homens. Por outro lado, o feminismo tem como parâmetro para suas estratégias as mulheres brancas. Isso significa que as mulheres das minorias invariavelmente dividem suas energias políticas entre dois grupos que às vezes se opõem e precisam enfrentar a incapacitação interseccional provocada por essas agendas. Já a interseccionalidade representacional analisa as formas como as imagens e os discursos sobre mulheres de minorias são produzidas através de uma confluência de narrativas estereotipadas, baseadas em raça e gênero.

Patricia Hill Collins é outra intelectual que deu contribuições centrais à formulação da interseccionalidade nos marcos teóricos do feminismo negro estadunidense. Para Collins (2000), a interseccionalidade compreende abordagens tanto microssociológicas como macrossociológicas. Quando a articulação de opressões considera a interação dos cruzamentos entre gênero, raça, classe nas vidas individuais, em processos microssociais, ela designa de interseccionalidade; quando se referem a fenômenos macrossociais – que interrogam a maneira em que estão implicados os domínios de poder na produção, organização e manutenção das desigualdades – ela chama de sistema interseccional de opressão, (VIGOYA, 2016) ou matriz de dominação. Essa abordagem possibilita lidar com contínua interação entre opressão e a agência dos indivíduos para além da chave da resistência.

A matriz de dominação é a organização social na qual opressões cruzadas se originam e se desenvolvem, a partir de relações hierárquicas de

poder, constitutivas de qualquer sociedade. Uma matriz de dominação específica se constitui de um arranjo particular de sistemas interseccionais de opressão – por exemplo, raça, classe social, gênero, sexualidade, cidadania, etnicidade e idade; e uma organização particular de seus domínios de poder (COLLINS, 2000). Essa perspectiva é compartilhada por Ochy Curiel (2007), para quem a formulação em termos de matriz de dominação é o que dá ao feminismo um sentido mais radical, aproximando-o daquilo que ela defende como prática política decolonial para o feminismo.

Enquanto os sistemas interseccionais de opressão afirmam que os sistemas de raça, classe social, gênero, sexualidade, etnia, nação e idade são características da organização social, que formam as experiências das mulheres negras e, por sua vez, são transformadas e ressignificadas por elas, os domínios de poder se referem à organização social das dinâmicas de poder da sociedade.

Collins (2000) fala em quatro tipos de domínios: estrutural, disciplinário, hegemônico e interpessoal. O domínio estrutural refere-se a uma constelação de práticas organizadas na economia, governo, educação, direito, negócios e habitação que mantêm uma distribuição desigual dos recursos sociais. O domínio disciplinar é um modo de governar que se baseia em hierarquias burocráticas e técnicas de vigilância. A vigilância sobre pessoas negras no espaço urbano e as prisões são parte desse poder. A cultura da burocracia, que faz com que famílias negras esperem longamente para acessar direitos, faz parte da estratégia de forjar mulheres negras “pacíficas, ordeiras, dóceis e disciplinadas”. (COLLINS, 2000, p. 281) O domínio hegemônico compreende o modo como a organização social usa as ideias e a ideologia para evitar a politização dos grupos não dominantes. O domínio interpessoal refere-se às práticas cotidianas de discriminação que podem passar despercebidas ou não serem identificadas.

Em resumo, essa agenda de pesquisa atua no sentido alternativo a modelos binários, propondo uma investigação dos contextos a partir da estruturação de uma matriz de dominação em certos eixos – raça, gênero, classe, sexualidade e nação – que operam em domínios de poder interconectados – estrutural, interpessoal, disciplinar e hegemônico. Essa perspectiva inclusiva permite criar um espaço conceitual para identificar novos vínculos. (COLLINS, 2000)

A partir de um raciocínio espacial, Collins (2000) evidencia a multilocalidade do conceito de matriz de dominação que nos EUA, é caracterizada por uma combinação única de fatores como: as experiências das mulheres negras, o contexto dos movimentos sociais do país, sua política interna e uma matriz global de dominação que afeta as mulheres afrodescendentes em geral. É possível pensar em uma matriz transnacional de dominação que apresente desafios comuns para sujeitos subalternizados, embora a matriz tenha uma organização particular no interior das fronteiras de um Estado. A intersecção de opressão, raça, classe, gênero, sexualidade e nação, por constituir um

fenômeno global, faz com que mulheres negras de diversos países encontrem-se em posição semelhante frente à matriz global de dominação.

Uma crítica feita com frequência à interseccionalidade é que seria impossível levar todas as diferenças em conta simultaneamente (Ludvig, 2006). Para Ludvig (2006) a interseccionalidade começa a se confundir quando examinada concretamente porque a lista de diferenças é sempre interminável. Frequentemente, há silêncio sobre questões concretas como: quem define quando, onde e quais dessas diferenças são consideradas importantes em concepções particulares e quais não são. A autora cita Butler, para quem

Teorias da identidade feminista que elaboram predicados de cor, sexualidade, etnia, classe e capacidade física invariavelmente fecham com um embaraço 'etc.' no final da lista. Por essa trajetória horizontal de adjetivos, essas posições se esforçam para abranger um sujeito situado, mas invariavelmente falham em tê-lo completo. Essa falha, no entanto, é instrutiva: que ímpeto político é ser derivado de tal 'etc.' exasperado que tantas vezes ocorre no final de tais linhas? (BUTLER, 1990, p. 143)

Longe de considerar um “constrangimento”, entendo o “etc.” a marcação gráfica da abertura para outras possibilidades que se revelem a partir da experiência situada. Por outro lado, seria um embaraço ter uma lista de marcadores previamente elaborada em que tudo deveria caber.

Outros críticos apontam que, embora haja um esforço em superar análises aditivas das opressões rumo a uma compreensão interseccional, as metodologias escolhidas acabam por resultar em abordagens aditivas. (JORDAN-ZACHERY, 2007).

Kerner (2012) aponta que nem toda investigação que aborda raça e gênero é interseccional. Trata-se, aí, de uma mera operação de cunho quantitativo, na qual pouco ou nada é dito acerca das aproximações qualitativas, em que raça e gênero como que dão a ver a complexidade das tramas e dos embaralhamentos produzidos pelo par racismo/sexismo. A autora mapeia quatro modos de abordagem da relação entre racismo e sexismo: as que estabelecem semelhanças entre formas de racismo e de sexismo, as que ressaltam as diferenças entre eles, as que descrevem um acoplamento entre os dois termos e, enfim, as que se aproximam dos cruzamentos e intersecções.

Desde que Crenshaw introduziu o termo, a interseccionalidade recebeu diferentes definições. Teóricas feministas pós-estruturalistas criticaram a metáfora das ruas que se cruzam por ser muito dura para analisar todas as sutilezas e argumentam que não há possibilidade de separar as diferentes categorias analiticamente (Lykke, 2010). Em sentido semelhante, Curiel aponta que a metáfora sugere que as opressões têm origens distintas e podem portanto ser despolitizadas ou enfrentadas separadamente. Para ela, a colonialidade está na origem de todas as opressões. Nina Lykke sugere uma definição ampla em que a interseccionalidade é entendida como:

Uma ferramenta teórica e metodológica para analisar como historicamente tipos específicos de poder diferencial e/ou normatividades restritivas, baseados em categorias socioculturais construídas discursiva, institucional e/ou estruturalmente como gênero, etnia, raça, classe, sexualidade, idade/geração, incapacidade, nacionalidade, língua

materna e assim por diante, interagem e, ao fazê-lo, produzem diferentes tipos de desigualdades sociais e relações sociais injustas (LYKKE, 2010, p.50).

Essa definição tem o potencial de incluir todas as categorias sociais imagináveis. Em segundo lugar, a interseccionalidade pode ser usada como uma ferramenta para analisar como “resistências políticas vis-à-vis diferenciais de poder e normatividades” estão sendo criadas em torno de “uma ressignificação de categorizações e marcadores normativos de identidade” (Lykke 2010, p.51). Assim, a interseccionalidade pode ser usada para analisar como a resistência política nasce e vai contra as normatividades.

Já para Nira Yuval-Davis (2015), a interseccionalidade seria mais um conjunto de ferramentas conceituais e teóricas do que um corpo teórico unificado. Viveros (2018) ressalta o fato de que a dominação não se exerce a partir da soma de certas condições, mas a partir de uma determinada forma de habitar o gênero, a classe, a raça, a idade, a nacionalidade etc, como relações sociais que se coproduzem. A autora cita Fassim (2015) para definir a análise interseccional como forma de leitura das desigualdades sociais que trata da distribuição do poder e dos recursos da sociedade entre todas as posições, não apenas os grupos marginalizados mas também os grupos dominantes.

A preocupação com o caráter interligado das opressões relacionadas à raça, classe e gênero tem unido numa mesma encruzilhada mulheres negras de diversos espaços e tempos (AUGUSTO, 2016). Mapear esse debate permitiria construir uma nova genealogia dos feminismos negros, levando em conta contribuições de mulheres intelectuais dentro e fora da academia e uma história mais gênero-inclusiva para o pensamento antirracista.

Lélia Gonzalez é uma das intelectuais brasileiras que se destacam na elaboração de conceitos que interrelacionam racismo e sexismo. A partir de uma militância marcada pela multilocalidade - atuação no movimentos feminista e negro, na militância partidária, em fóruns e encontros internacionais e na prática docente, Lélia evidenciou as contradições geradas pela falta de atenção crítica às opressões cruzadas. Sueli Carneiro (2003) chama atenção para a necessidade de “enegrecer o feminismo”, como política e epistemológica de refutação de um modelo único de mulher, baseado exclusivamente na experiência das mulheres brancas.

A recepção positiva do conceito de interseccionalidade no contexto brasileiro contribuiu ainda mais para a entrada do debate racial nos estudos feministas. Pereira (2016) aponta que os primeiros textos a tratar do conceito de interseccionalidade em um periódico brasileiro foram publicados na seção “Dossiê” da Revista Estudos Feministas, editada por Luiza Bairros em 1995. Nesse documento histórico, em que foi discutida a Conferência de Durban, considerada um marco na articulação do movimento de mulheres negras que ganharam protagonismo nas lutas antirracismo, também foram publicados textos de Kimberlé Crenshaw, Maylei Blackwell e Nadine Naber. Na publicação, Luiza Bairros dialoga com Kimberlé Crenshaw, ao afirmar que “raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente, formando [...] um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade”. (BAIROS, 1995, p. 461).

E ainda,

Considero essa formulação particularmente importante não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos, mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça) o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras: luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas uma não existe sem a outra. (BAIRROS, 1995, p. 461).

Durban foi um marco na redefinição de rumos do movimento de mulheres no Brasil, gerando uma profusão de artigos de feministas brasileiras que passaram a incorporar a interseccionalidade a partir de matizes diversas. O destaque, segundo Pereira (2016), foi para trabalhos em que ao contrário da concepção teórico-conceitual da produção estadunidense (mais programática), a interseccionalidade cumpre, uma função operacional, com foco “na captura de aspectos específicos da identidade nas pesquisas empíricas”. (Pereira, 2016, p. 70-71). No Brasil, a apreensão do conceito tece como principal foco a interpretação dos eixos como categorias identitárias ou “marcadores sociais da diferença”.

3. Da metáfora espacial ao espaço como objeto de análise

A menção a “ruas que se cruzam” ou o “lugar” para definir uma determinada posição nos cruzamentos interseccionais de gênero, raça e classe muitas vezes refere-se mais a uma dimensão político-sociológica do debate do que a um investimento na compreensão das dinâmicas do espaço (HAESBAERT, 2021). Ao mesmo tempo, a recorrência de metáforas espaciais para exposição da interseccionalidade e dos marcos teóricos do feminismo negro aponta para suas ligações - manifestadas explicitamente ou não - com a espacialidade em sua dimensão política-relacional e histórica. Se a luta pela existência significa, em primeira instância, luta por espaço (HAESBAERT, 2021), o conceito de interseccionalidade, surgido no âmbito das lutas sociais protagonizadas por mulheres negras pelo direito à existência também se converte em afirmação de suas práticas espaciais. Se, como alerta Milton Santos (1994), é necessário “separar metáfora e conceito” (p.18), quais ferramentas analíticas a interseccionalidade nos oferece para analisar o espaço e as espacialidades? Longe de ser uma pergunta teórica ou conceitual, trata-se de afirmar as lutas por espaço como condição fundamental da vida. Haesbaert (2021) reconhece que “o conjunto de relações de poder de onde emerge nosso discurso é também profundamente marcado pelas condições geográficas de nossa existência enquanto indivíduo, classe e/ou grupo cultural” (HAESBAERT, 2021, p. 43).

O espaço é, por definição, impregnado de relações de poder desiguais, “ao mesmo tempo destrutivas e criativas, opressoras e liberadoras”, que “possibilita distintas perspectivas através das quais podemos enunciar e produzir nosso mundo” (HAESBAERT, 2021, p. 43). Por outro lado a interseccionalidade se constitui como um modelo provisório que busca apreender as relações de poder como construções situadas e simultâneas em distintas ordens – de classe, gênero, raça, sexualidade e outras “e em diferentes configurações históricas que formam [...] ‘realizações situadas’, quer dizer, contextos nos quais as interações das categorias de raça, classe e gênero atualizam as referidas categorias e lhes conferem significado”. (VIGOYA, 2016, p. 12)

Como realizações situadas, as relações de poder se reconfiguram e se atualizam de maneira contextual, ou seja, indissociável das espacialidades. O caráter relacional e situado da interseccionalidade é destacado por outras autoras que buscam ferramentas para a leitura do espaço (MANZI *et al*, 2021; ALVES CORDEIRO, *et al*, 2021).

Passo a apresentar algumas ferramentas analíticas do espaço que, mesmo quando tomam como ponto de partida um dos eixos de poder - no caso, raça -, contribuem para uma análise interseccional a partir da constituição de uma abertura para a complexidade das relações sociais.

Em sua exposição sobre a espacialidade das relações raciais, Santos (2018), apoiado no trabalho de Sansone (1996) separa os contextos sociais “áreas duras” e “áreas moles” das relações raciais. Enquanto nas “áreas duras” a dimensão racial importa e pende negativamente para pessoas negras, como no trabalho e em relação à polícia, por exemplo, nas “áreas moles”, onde ser negro não dificulta e pode até ser índice de prestígio, como nos blocos afro e na capoeira. A distinção entre as duas “áreas” depende de um sistema de posições em que os comportamentos e contextos são regulados pela raça. Para Santos (2018), fazer uma leitura das relações raciais a partir da espacialidade implica em admitir que as “áreas” de que trata Sansone são na verdade “contextos de interação” dinâmicos que permitem que a sociedade acomode ao mesmo tempo, uma leitura de si como uma “democracia racial e a reprodução ampliada de desigualdades sociais baseadas em raça em todo o tecido social. Segundo Emerson,

Essa coexistência de momentos e lugares onde há posições distintas e distintos padrões de interação racial é que permite que o mesmo indivíduo que seleciona narcisicamente com base em pertencimento racial no balcão de emprego, possa retornar para sua rua e encontrar-se com um amigo negro. A ambiguidade no comportamento desse indivíduo revela uma construção espacial que é resultante de um “aprendizado” social: ainda que inconscientemente, ele “sabe” onde a raça, a cor, o pertencimento racial é importante como critério (de seleção) regulador das relações sociais e onde não é. (SANTOS, 2018, p. 370)

Somada a leitura de Sansone, Santos mobiliza os conceitos de “regiões de fachada” e “regiões de fundo”(GOFFMAN, 1975), para mostrar a construção de uma “geo-grafia simbólico-prática” que evidencia os tipos de presença aceitos ou não nos lugares. Essa “geo-grafia” se forma a partir do cruzamento de princípios de hierarquização social nos diferentes contextos em que, para o autor, raça pode ser variável independente ou, o que nos interessa especialmente aqui, estar atrelada a outra variável como pertencimento religioso, gênero, instrução, classe. Emerson dá o exemplo da intolerância religiosa contra as religiões afro-brasileiras,

Nesse exemplo se misturam a hierarquia racial, a espiritual, epistêmica, com forte apelo de identidades geoculturais, o que explica que em diferentes contextos cada uma delas pode ser mobilizada como base para a discriminação – por exemplo, em falas do tipo “o problema não é ele ser negro, mas sim, macumbeiro”, uma dissimulação que nada mais é do que uma substituição discursiva de um princípio hierárquico por outro, mas que tem o racismo em sua base. (SANTOS: 2018, p. 370)

Uma importante chave interpretativa para abordar os contextos de interação de uma perspectiva interseccional pode ser pensada a partir de Lélia Gonzalez (1984). Ao debruçar-se sobre o que ela define como o fenômeno da articulação entre racismo e sexismo que produz efeitos violentos sobre a mulher negra, Gonzalez (1984) propõe uma virada no discurso através da mudança de perspectiva sobre o tema ao introduzir três imagens: a mulata, a doméstica e a

mãe preta. Essas três noções desafiavam os modelos vigentes nas ciências sociais para a explicação sobre os efeitos dos cruzamentos entre gênero e raça. Em nossa análise, tratamos das duas primeiras. O engendramento da mulata e da doméstica na sociedade brasileira tem origem na mesma figura, que remonta ao período escravocrata, a mucama. A mucama realizava o serviço doméstico compulsório na casa dos senhores e, ao mesmo tempo, era alvo constante da hipersexualização e da violação de seu corpo.

Longe de querer aprisioná-las em um lugar subalternizado, para Gonzalez (1984), a imagem da mulata e da doméstica segue informando sobre como as mulheres negras seguem sendo enquadradas socialmente de forma ambígua entre a exaltação hipersexualizada e a prestação de serviços subalternizados. Uma leitura espacial dessas imagens, cara a muitas abordagens baseadas em gênero, pode levar à interpretação de que a imagem da doméstica corresponde ao espaço privado e a da mulata concerne ao espaço público (RATTS, 2011). No entanto, não me parece possível estabelecer essa divisão de maneira tão rígida, uma vez que, para González (1984), “os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito. A nomeação vai depender da situação em que somos vistas” (p.196). Nesse sentido, são os contextos de interação informados por gênero, raça, classe e outras que vão constituir as leituras que serão acionadas para definir os sujeitos. Imagine-se uma mulher negra que anda nas ruas do bairro de classe média ou alta onde mora e tem sua trajetória interrompida por uma mulher branca que a interpela: “ - Deixa eu te perguntar. Quanto custa sua faxina?”. Nesse exemplo, o contexto de interação levou a interlocutora branca a construir uma imagem da mulher negra em questão como doméstica, sem dispor de qualquer outro marcador que não a cor da pele.

A associação entre gênero, raça, classe e espaço escapa dos simplismos que envolvem a construção de eixos binários como os que atribuem espaço público ao homem e espaço privado à mulher (SILVA, 2003; SILVA, 2021). Nesse sentido, a construção da feminilidade negra “perturba as categorias de gênero normalizadas (masculino – agressivo, feminino – passivo, masculino – público, feminino – privado), que se baseiam na brancura” (McKITTRICK, 2006, p. 47).

A organização espacializada das relações raciais conforma, segundo Sansone (1996), “fronteiras invisíveis” no espaço social das relações raciais, que se impõem por meio de constrangimentos a indivíduos e grupos indesejados em lugares e contextos determinados. Podemos ampliar esse definição para pensar em como as fronteiras invisíveis formam-se a partir dos cruzamentos interseccionais e como indivíduos e grupos atuam realizando geo-grafias (SANTOS, 2018) que expressam práticas espaciais que, por seu turno, informam sobre a vida e não se reduzem a violência ou a resistência (McKITTRICK, 2021). Santos (2018) dá como exemplo os “rolezinhos”, em que jovens majoritariamente negros de periferia “se reúnem para afrontar a gestão racializada da presença”(p.377) em lugares frequentados por pessoas brancas, onde se sentiam discriminados.

Santos (2018) chama atenção para o fato de como a luta antirracismo cria espaços de valorização dos indivíduos subalternizados a partir de um sentido cultural e político. O autor cita os bailes e a capoeira como exemplos de ocupação temporária dos espaços públicos, por segmentos da comunidade negra, em que a corporeidade dos frequentadores e seus traços culturais configuram uma nova territorialidade no espaço.

Por outro lado, há grafagens espaciais duradouras que remontam a outras temporalidades e se tornam referência dos lugares, como no caso dos quilombos, das escolas de samba, das guardas de congado e dos terreiros das religiões de matriz africana. Em que medida podemos pensar essas grafias temporárias e perenes como constituídas de múltiplos atravessamentos nos quais gênero, classe e sexualidade operam com base naquilo em que McKittrick (2022) define como “locais de atividade (com sustentação ou provisórias) de construções de mundo investidas de liberdade” (p.17), que nunca estão prontas e seguem abertas a novas contendidas?

4. Conclusão

O crescente interesse acadêmico pelo feminismo negro e pelo conceito de interseccionalidade, criado e operacionalizado por feministas negras, tem contribuído para uma maior inserção da questão racial nos estudos feministas e para uma subsequente complexificação do seu campo de interesses. Ao ser amplamente adotado por feministas das mais diferentes vertentes políticas e ideológicas, um conjunto de questões tem se perdido na tradução, parafraseando Patricia Hill Collins.

Com o presente artigo, pretendo contribuir com uma nova rodada de discussões sobre o conceito. Argumento que interseccionalidade não se confunde com política de identidades e que a pedra de toque da interseccionalidade é a interligação das categorias, uma vez que estas não podem ser vistas de maneira separada, quando se sobrepõem e se cruzam. Ao desdobrar o conceito em seus três tipos de interseccionalidade (estrutural, política e representacional) e explanar sobre a teoria da matriz de dominação, busquei mostrar que se trata de uma teoria sobre o poder e suas variadas dimensões, o que faz com que nem toda abordagem que considera gênero e raça possa ser considerada como interseccional. A interseccionalidade é uma formulação dinâmica do movimento de mulheres negras e, nesse sentido, aponto a Conferência de Durban como um marco para a difusão e elaboração do conceito no Brasil.

Em um segundo movimento, trago apontamentos sobre a interseccionalidade enquanto uma ferramenta para o debate sobre o espaço. Embora as metáforas espaciais sejam parte da formulação do conceito, é necessário construir ferramentas analíticas que considerem a luta por espaço como uma extensão da luta pela própria existência. A análise dos contextos de interação é apresentada como parte fundamental da abordagem, pois nos permite escapar de leituras prévias e, não raro, binárias sobre o espaço. Nos indagar sobre construções de mundo investidas de liberdade é imperativo em um país destruído e em um mundo marcado pela vida postuma da escravidão. Espero instigar novas inquietações em mim mesma e, quem sabe, em pessoas companheiras.

5. Referências Bibliográficas

ALVES CORDEIRO, V.; BATISTOTI, A. F.; RODRIGUES, Z. P.; FERREIRA, M. S. M.; SILVA, A. da S. M. **Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e**

desde as margens da cidade. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. v. 23, E202130, 2021.

COLLINS, Patricia Hill (2000). **Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment.** New York: Routledge, 2nd ed., 2000.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics.** University of Chicago Legal Forum, pp.139-167, 1989.

_____. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color.** In K. Crenshaw, N. Gotanda, G. Peller and K Thomas, eds. *Critical Race Theory: The Key Writing that formed the Movement*, pp.357-383. New York: The New Press, 1995.

_____. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativa ao gênero.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 2002.

CURIEL, Ochy. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista.** Em: Revista Nómadas, Número 26, Universidad Central de Colombia, Abril, 2007.

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** Rio de Janeiro: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert.** - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

JORDAN- ZACHERY, J. **Am I a Black Woman or a Woman Who Is Black? A Few Thoughts on the Meaning of Intersectionality.** *Politics & Gender*, 3(2), 254-263, 2007.

LUDVIG, A. **Differences Between Women? Intersecting Voices in a Female Narrative.** *European Journal of Women's Studies*, 13(3), 245–258, 2006.

LYKKE, Nina. **Feminist studies: a guide to intersectional theory, methodology and writing.** New York: Routledge, 2010.

MANZI, M.; ANJOS, M. E. S. C. **O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil.** Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. v. 23, E202132pt, 2021.

McKITTRICK, K. **Demonic grounds: Black women and the cartographies of struggle**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2006.

_____. **Dear Science and Other Stories**. Duke University Press, 2021.

_____. **Dear April: The Aesthetics of Black Miscellanea**. Antipode Vol. 54 No. 1, pp. 3–18, 2022

PEREIRA, A. **Pensamento social e político do movimento de mulheres negras: o lugar de ialodês, orixás e empregadas domésticas em projetos de justiça social**. Dissertation. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

RODRIGUES, C. **Feminismo negro e interseccionalidade: práxis política e a consolidação de um pensamento sociopolítico para além das margens**. In: Danusa Marques; Daniela Rezende; Maíra Kubík Mano; Rayza Sarmento; Viviane Gonçalves Freitas. (Org.). **Feminismos em Rede**. 1ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018, v. , p. 91-108.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio écnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994

SANTOS, Renato Emerson. **Uma leitura sobre espacialidades das relações raciais: raça, racialidade e racismo no espaço urbano**. In: OLIVEIRA, Fabrício Leal; LIMA JR, Pedro Novais. (Org.). **Território e planejamento: perspectivas transdisciplinares**. 1ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, v. 1, p. 345-366, 2018.

SILVA, Joseli Maria. **Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica**. *Revista de História Regional*: 8(1): 31-45, 2003.

SILVA, N. A. da. **Uma Izidora e duas Rosas: notas para uma perspectiva do espaço protagonizada por mulheres negras**. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais. Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades*. v. 23, E202138pt, 2021.

STORR, Juliette. **Identity politics** In: Ronald Jackson and Michale Hogg (eds), *Encyclopedia of Identity*, pp.368-370. Thousand Oaks, CA: SAGE publications Inc, 2010.

VIVEROS, Mara. **La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación**. *Revista Debate Feminista*, 52, Universidad Autónoma de Mexico, 2016.

_____. **La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidad en el contexto latinoamericano actual**. Em: Gloria Careaga (org.) *Memorias del 1er*.

Encuentro Latinoamericano y del Caribe La sexualidad frente a la sociedad.
México, D.F, 2008.